

UMA LEITURA CARTOGRÁFICA DA HISTÓRIA: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO DURANTE O SÉCULO XIX

Airton José Cavenaghi*

Para Stephen Bann, um mapa funciona como um artefato da criação cultural do homem e, como tal, opera segundo “(...) critérios mais complexos de verdade ou falsidade”.¹ De fato, a forma como o olhar humano observa o desenho cartográfico dialoga diretamente com a carga cultural da mão que o desenhou.

Constituído de um sentido amplo e apurado de representação, a forma como o cartógrafo ratifica suas observações *in loco*, ou seja, deposita no papel a expressão de sua visão cotidiana, influencia a maneira como seu grupo social responderá ao contato direto com os elementos catalogados e indicados no desenho construído.

Neste artigo, analisa-se a forma como o território da antiga Província de São Paulo se constituiu sob o olhar do observador induzido pelas expressões cartográficas produzidas no período, em especial aquelas contidas no primeiro mapa oficial elaborado sobre a Província de São Paulo, pelo então engenheiro Daniel Pedro Müller, em 1837. Seu trabalho, e é esta a idéia central deste artigo, criou uma referência simbólica para grande parte do território da Província, compreendido sobretudo pela parte mais a Noroeste, oficialmente catalogada como *Sertão Desconhecido* ou *Terrenos Desconhecidos* ou mesmo *Terrenos desconhecidos habitados por índios e Terrenos ocupados por indígenas ferozes*.

Cada objeto material criado pela mão humana é também um elemento cultural. Desta forma, a constituição cartográfica inicial da Província de São Paulo nasce de uma inserção cultural presente no pensamento administrativo dos dirigentes provinciais do período, englobando faces de poder e conhecimento.

A posse do território se faz pela ocupação e submissão de seus habitantes a uma temática de controle que sai do terreno mítico, produção cartográfica desenvolvida nos séculos iniciais da cartografia até as representações com bases científicas, nas quais a geografia já é vista como uma ciência e a cartografia, como um dos elementos desse conhecimento a ser desenvolvido.

O Estado, como instituição administrativa, procura inserir sua representação em diversos elementos materiais, de forma a dar continuidade e suporte a sua proposta de centralização política. A cartografia, como objeto de reconhecimento das idéias desse mesmo Estado, propaga uma ideologia quando sua leitura é realizada no âmbito da busca dessa suposta cientificidade, ou seja, o objeto documental produzido é visto como resultado direto de uma verdade inquestionável.

A Província de São Paulo, como um local a ser conhecido e mapeado, enfrentou obstáculos referentes a sua existência como território e área aberta à formação de uma mentalidade coletiva que associasse o espaço conhecido aos mentores desse conhecimento estabelecido.

A idéia de formação do território desenvolve-se associada, inicialmente, e esse não é um elemento exclusivo da Província, aos referenciais presentes nas paisagens. Rios, montanhas, vales, etc. assumem, na representação cartográfica, formas imutáveis e necessárias aos padrões iniciais da cartografia. Esses elementos da natureza marcam a produção de mapas e, no caso brasileiro, as expedições das monções, desenvolvidas em especial nos séculos XVII e XVIII, usaram os rios como caminhos naturais de penetração do território. Os rios e seus contornos traçam o formato inicial de conhecimento do território e são presença obrigatória nas representações cartográficas então desenvolvidas.

Nesse aspecto, elucida-se o sentido de um dos primeiros mapas conhecidos e confeccionados sobre a Província de São Paulo. Elaborada em 1628, a *Carta do Capitão General Governador do Paraguay, Don Luis de Céspedes Xeria a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná* é uma amostra importante da maneira de ver o território desconhecido aos olhos do Ocidente.² O rio, no caso o lendário Anhemby (Tietê), é a referência de localização e apresentação inicial do espaço/território, do qual tem-se o conhecimento ampliado valendo-se dessa base sólida de interpretação. Desde então, vários mapas foram organizados sobre o território da Província, mas o conhecimento dos mesmos era restrito aos gabinetes e aos membros de uma elite dirigente, autora ou patrocinadora das representações cartográficas desenvolvidas. Essa produção cartográfica inicial repousou nos arquivos administrativos como um segredo de Estado e espólio de uma conquista territorial.

Partindo-se do pressuposto de que a população é parte desse território a ser conhecido, nota-se a necessidade de se criarem múltiplos mecanismos administrativos que formassem uma expressão sistemática, agrupando o local de controle, no caso o território, e a população que o complementaria. O Estado necessitava formar um viés interpretativo mais amplo para o conhecimento geográfico do território, além dos limites apresentados pelos acidentes geográficos naturais. O conhecimento dos terrenos internos do território passa a ser um elemento fundamental da ciência da cartografia.

Daniel Pedro Müller foi um dos principais representantes do mapeamento inicial do território paulista. Sua produção cartográfica associou, pela primeira vez, espaço e população, criando os elementos iniciais da cartografia para a região. Sua representação pictórica, além dos acidentes naturais, mostra uma visão especial do cartógrafo, introduzindo um viés ideológico sobre o espaço a ser representado.

Sobre o engenheiro Müller, pouca coisa se sabe, além dos dados apresentados por M. E. de Azevedo Marques, em sua obra clássica: *Província de São Paulo*. Nesse trabalho, Azevedo Marques diz que Müller, no posto de tenente-coronel, chegou a São Paulo em 1802, como ajudante de ordens do governador e capitão-general Antônio José Franca e Horta.

A obra mais conhecida de Daniel Pedro Müller é seu livro *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo*, trabalho que serviu de elemento-chave para a administração provincial, devido à grande quantidade de dados recolhidos, organizados e codificados pelo autor. Publicado em 1838, na Typographia de Costa Silveira, localizada em São Paulo, na então Rua de São Gonsalo (depois rua do Imperador e Marechal Deodoro, desaparecida na construção da atual Praça da Sé), n. 14, sendo ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, ou seja, foi encomendado pela administração provincial, que observava uma grande falta de dados sobre o território da Província. O trabalho de Müller é uma obra de cunho estatístico, conforme descrito em seu título, e sistematiza dados importantes da Província de São Paulo, tornando-se um dos únicos documentos disponíveis sobre o período para interpretar o cotidiano da região.

Outro trabalho de Daniel Pedro Müller, que é o objeto central deste artigo, é seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, elaborado em 1837. O mapa de Müller torna-se a primeira forma oficial de representação, leitura e divulgação da imagem do território da Província. Editado em 1837, como complemento de seu *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo*, foi litografado na França, segundo o discurso de posse na Assembléia Provincial do então Presidente da Província, Gavião Peixoto, em 7 de janeiro do ano seguinte, 1838, "(...) por não ser possível conseguir este trabalho com perfeição, e preço razoável, dentro do Imperio".³ Tal fato, a busca da "perfeição" demonstra uma preocupação, por parte dos poderes gestores, de estabelecer um padrão cartográfico para representar a Província e seus limites. A procura por um "gravador" fora do país, fato associado à experiência do produtor litográfico e à necessidade de uma quantidade razoável de impressos, demonstra que o objetivo maior era estabelecer, de forma definitiva, a representação do território, de maneira a controlá-lo também pela distribuição do trabalho produzido.

O mapa de Müller mostrou-se um trabalho de fôlego, pois as informações necessárias a sua concretização sofreram os percalços da falta de dados, fato provocado, em particular, pelo isolamento, em razão da falta de comunicação entre os diversos pontos da Província. Assim, a obra recebe o elogio de Affonso de Taunay em sua reimpressão, no Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Nesta época, Taunay afirma: “Representa este mappa uma tentativa das mais apreciáveis, por si bastaria para recommendar a memoria do autor (...)”.⁴

Ainda para Taunay,

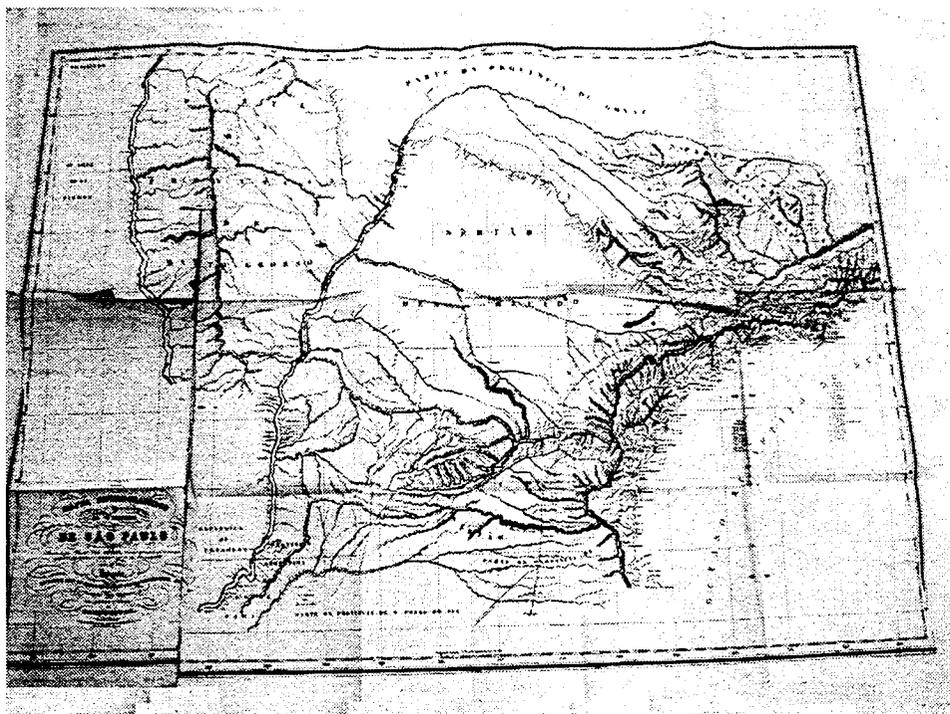
Na descrição do interior das terras naturalmente muito há que desejar; pôde-se dizer que não existe curso de rio que corresponda á realidade de sua posição. Tambem basta lançar os olhos para a carta de Daniel. P. Müller para se convencer logo alguém quanto escasseavam na época de sua aparição as informações geographicas sobre o sertão. Dahi essa enorme área a que domina o grande letreiro: Sertão desconhecido.⁵

Tal falta de informações, à qual se refere Taunay, é fruto de um isolamento existente na Província em relação a suas localidades, seja pela precariedade dos elementos de comunicação, como estradas, seja pela falta de interesse nesse processo. Nota-se que havia, ainda, a permanência de um modelo ligado ao processo de colonização inicial imposto por Portugal, no qual o isolamento das grandes propriedades agrícolas determinava a vida cotidiana.

Com o aparecimento do mapa de Müller, observa-se o início de um processo de substituição do modelo adotado até então. Para Demétrio Malagnoli, citando a obra de I. R. de Mattos,

O Estado Imperial constituiu-se como argamassa de uma entidade oligárquica de tipo pré-nacional. O centro político, materializado nas instituições monárquicas, teria de funcionar como gestor dos múltiplos e eventualmente conflitantes interesses das oligarquias dominantes *que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território*.⁶

De fato, o processo desencadeado por essa busca de uma maior centralização monárquica reflete-se na confecção do mapa de Müller, que, mesmo sendo composto, em sua maior parte, por locais ainda chamados de desconhecidos, é usado como um padrão necessário à busca de uma pseudo-integração, conforme pode ser observado em um dos itens presentes no Relatório apresentado à Administração Provincial, em 1838. Gavião Peixoto, presidente da Província no período, mostrava-se preocupado com o crescimento das informações relativas à Província e à falta de espaço para armazenar o material produzido nos *Arquivos da Caza* [leia-se Assembléia Provincial], conforme demonstrado em seu Relatório:



MÜLLER, Daniel P. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris, Aleixo Orgaizzi, 1837. Mapa impresso: séc. XIX (1m 48cm X 1m 00). Recolhido por TAUNAY, Affonso D'E. *Collectanea de mapas da cartographia paulista*. São Paulo, Museu Paulista, 1922.

Tenho portanto que accrescentar sómente agora, que pelo progressivo augmento de papeis o Archivo demanda novos arranjos, e maior numero de estantes, assim como he de mister a reforma do material muito antigo, e usado, pois que só huma parte d'elle foi renovado ha 18 annos (...).⁷

Esse aumento de papéis é fruto direto de uma maior centralização administrativa, quando se passa a organizar as informações que chegam de todos os locais da Província. O mapa de Müller pode ser considerado um resultado direto desse processo.

Tal mapa, além de formular uma visão inicial do território da Província, da qual, ainda na época, fazia parte a futura Província do Paraná, estruturou uma idéia de representação que persistiu durante todo o Império e parte da República. Müller cria a expressão “sertão desconhecido” para catalogar regiões ainda não mapeadas do território. Essa área

constitui-se de quase toda a região Noroeste do atual estado de São Paulo. Na realidade, o mapa de Müller só representa de maneira detalhada a região próxima ao litoral, onde o fluxo econômico era bem mais desenvolvido.

Nota-se que a representação da Província de São Paulo é complementada pela exposição parcial dos territórios das Províncias limítrofes de Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro, mostrando a interação existente entre a representação do espaço físico e a ação administrativa. A expressão “sertão desconhecido” é emoldurada pelos territórios circundantes – conhecidos e já classificados –, corroborando ainda mais sua existência, pois a pergunta que reside na análise formal do mapa de Müller é: se o sertão é desconhecido, como se pode demonstrar seus limites bem definidos na representação cartográfica apresentada? De fato, na elaboração do objeto cartográfico, está representada a leitura de determinados espaços sociais, ou seja, o mapa produzido espelha-se na instituição que o criou e, dessa maneira, sua constituição ratifica o processo administrativo em vigor.

Pode-se, em um primeiro momento, afirmar que a visão inicial da representação cartográfica no país (ou seja, os rios como verdadeiras estradas de penetração do fluxo das monções) estabelece os limites para a divisão do território das Províncias e fornece o conhecimento necessário a Müller para criar o entorno de seu mapa. No *Mapa Corográfico*, esse fato é perceptível, mas não explica de forma satisfatória o formato irregular da representação territorial, o que daria margem para uma segunda resposta.

Apesar da falta de informações existentes no período, o território dado a ler pelo Marechal é visto como possibilidade da apropriação do espaço, fato que pode ser corroborado pela questão dos limites entre as Províncias de São Paulo e Minas Gerais, só efetivamente resolvidos nas primeiras décadas do século XX. A criação da expressão “sertão desconhecido” estabelece a existência de um território logo pertencente a alguém e, por si só, parte das necessidades de um governo central, no caso, o Provincial.

A representação criada por Müller navega por um território de idéias que começavam a ser formadas bem antes de seu tempo, mas que se concretizaram na sua ação e na de seus contemporâneos. A obra do Marechal estabeleceu as diretrizes construtivas de um poder centralizado: o “espaço vital”, criado como modelo de representação do poder constituído.

A construção do ideário cartográfico de Müller

Pensar a Província de São Paulo da forma definida pelo mapa confeccionado por Müller é recuperar, de certa maneira, a formação do ideário científico estruturado no decorrer da história da ocupação do território. Nota-se que há várias manifestações relacio-

nadas a esse critério. Desde o final do século XVIII, o conhecimento do território paulista e de suas riquezas torna-se um dos elementos condutores do processo de ocupação, e a presença de um contexto ideológico simbólico relacionado à posse da terra, na expressão cartográfica de Müller, é um dos resultados desse processo. A produção de um mapa “preciso” de toda a Província significaria a formatação das idéias em curso.

Nota-se que, para a Província de São Paulo, o momento anterior à obra de Müller é marcado pela reativação de um fluxo comercial paulista. Inaugurava-se em 1790, pelo governador e capitão-general Bernardo José de Lorena, a Calçada de Lorena, obra que facilitou muito o contato do planalto com o litoral, ou seja, entre São Paulo e Santos. Com a presença de um caminho seguro, o fluxo comercial, e, por consequência, o cultural, passa a ampliar-se na Província, criando oportunidades para um maior conhecimento do interior do território.

Várias são as monografias escritas relacionadas às atividades econômicas e científicas desenvolvidas no território. Algumas anteriores à presença da Calçada, como as de Marcelino Pereira Cleto, *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*, escrita em 1782, e a de Manoel Cardoso de Abreu, *Divertimento Admirável para historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Minas de Cuyabá e Matto Grosso*, escrita no ano seguinte. É a partir da presença da “Calçada” que multiplicam-se as obras que têm como ponto central a Província, suas riquezas e o conhecimento do território, como a de Luis dos Santos Vilhena publicada em Lisboa, em 1802, *Recopilação de noticias da Capitania de São Paulo*, na qual apresentava “Duas plantas geográficas interessantes para servir na parte que convier de elementos para a história brasílica”.⁸ A obra de Vilhena, apresentada com elementos cartográficos, de certa forma, busca localizar a região e inseri-la no contexto da história do país.

Nessa mesma época aparece uma das obras mais significativas a demonstrar o caráter científico em desenvolvimento sobre o conhecimento do território paulista. Em 1803, Martim Francisco Ribeiro de Andrada publica “Jornaes das viagens pelas capitania de São Paulo”, e, dois anos após “Diario de uma viagem menerologica pela Provincia de S. Paulo no anno de 1805”, ambos editados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, garantindo uma propagação das idéias em desenvolvimento.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, há também a obra de autoria de Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*, editada no Rio de Janeiro, na Typographia Nacional, no ano de 1822.

Torna-se significativo, pela quantidade de publicações realizadas sobre o território e suas características, a ampliação do conhecimento da Província e sua territorialidade, fato

que atingiria seu ápice com a publicação da obra *Ensaio de um Quadro Estatístico*, em conjunto com a confecção do *Mapa Corographico da Província*, do Marechal Müller. Como ambos os trabalhos foram patrocinados pela administração central da Província, que, dessa maneira, ampliou a linha cultural em desenvolvimento na época, constituíram-se como posse do Estado as informações recolhidas, fato que afastava qualquer intervenção externa aos seus assuntos, pois o conhecimento produzido passava a ser de domínio público – arquivos administrativos acessíveis a uma elite gerenciadora – e, portanto, administrado por um poder central.

Nota-se que tal fato permaneceria até pelo menos 1841, quando a administração provincial também patrocinou a reedição de uma outra obra escrita entre 1780 e 1790. Trata-se do *Diário da Viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 e 1790. Impresso por ordem da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo – Na Tip. de Costa Silveira. Rua de S. Gonsalo n.14, 1841*. Sua obra, pela importância indicativa sobre o comércio fluvial entre, por exemplo, Cuiabá e São Paulo, transforma-se em importante fonte de dados para a administração provincial na época, mostrando que a coleta e o gerenciamento dessas informações estruturaram o pensamento cultural relacionado ao território paulista.

Complementando esses dados, encontra-se na obra de Müller, que é parte significativa dessas publicações, encartado no corpo de seu livro, um mapa que mostra o itinerário dos principais caminhos existentes na Província. O *Itinerarios das Principais Estradas da Província* mostra a relação de oito caminhos existentes no território paulista, tendo como ponto de partida a capital. Em conjunto com o mapa de Müller de 1837, esse quadro dos *Itinerários das Principais Estradas da Província* resume as perspectivas de ação para o conhecimento do território. Os caminhos são entendidos, então, como efetivamente conhecidos e catalogados, podendo, por exemplo, sofrer a ação do Estado em sua preservação e, sobretudo, na coleta de impostos pelos produtos em circulação nos caminhos.

Esses elementos catalogados por Müller precisaram possuir um ponto norteador para concretizar sua existência referencial, e a cidade de São Paulo, que sofria todo esse processo de mudança econômica e cultural desde o final do século XVIII, foi o ponto central de todo esse processo de representação.

Em 1810, a cidade de São Paulo era mapeada pela primeira vez por Rufino José Felizardo da Costa, que confeccionava nesse período a *Planta da Cidade de São Paulo levantada em 1810*, criando, dessa maneira, um elemento condutor desse processo de reconhecimento inicial da Província que tinha como ponto de partida sua capital. São Paulo é uma das primeiras cidades da Província a confeccionar um mapa de seu contorno

urbano, fato que atestaria, aos olhos gerenciadores do período, seu grau de civilidade. Nota-se que a primeira cidade da Província a possuir um mapa de sua estrutura urbana foi a de Santos – mapa confeccionado em 1798, *Plano da Villa de Santos no Brasil*, pelo capitão José Corrêa Rangel de Bulhoes –, e a presença de seu porto justificaria tal fato.

Seguindo esse processo, torna-se necessária a criação de marcos referenciais no espaço urbano, de modo a ratificar o pensamento gerenciador da urbe. Os monumentos arquitetônicos são vistos como elementos materiais catalisadores das idéias em curso, e traduzem, para os habitantes, os anseios da política das elites administrativas.

Como exemplo desse processo tem-se, na cidade de São Paulo, o Chafariz e Pirâmide do Piques, construído em 1814 pelo próprio Daniel Pedro Müller com as sobras dos materiais utilizados na abertura da estrada ligando São Paulo a Sorocaba.

Para a estrada, elevou-se tal marco, no local conhecido como Largo da Memória, em lembrança (memória) do Triunvirato que governava a cidade no período. Confeccionada em pedra de cantaria pelo pedreiro Vicente Gomes Pereira, o Mestre Vicentinho, foi erguido no local de maior fluxo comercial da então cidade: o largo do Piques, importante artéria de passagem da tropas de mulas e dos tropeiros que abasteciam São Paulo. A referência visual palpável, o próprio Chafariz materializava, a seu modo, o novo sentido a ser adotado pela capital: ser o centro irradiador de posturas materiais e imateriais para a formação da Província.⁹

Percebe-se, dessa maneira, que a criação do *Mapa Corographico* de Müller resulta do desencadeamento de um processo histórico que buscou referências materiais para efetivar-se.

A cidade e a Província

Transformar a cidade de São Paulo em objeto central da política administrativa das elites dirigentes do período é um dos pilares da nova organização social, política e econômica pela qual passa a urbe após a publicação do mapa de Daniel Pedro Müller.

O cotidiano da cidade ainda era vinculado a seu passado colonial, que alimentava diretamente a sua economia. São Paulo era o ponto de convergência das tropas de mulas carregadas especialmente com o açúcar produzido na região de Itu, a ser exportado pelo porto de Santos, além de servir de entreposto de abastecimento para o comércio de gado vindo do Sul, a caminho das feiras realizadas na região de Sorocaba. Essa convergência dos caminhos da Província garantia a presença de um fluxo de capital necessário à formação de um cotidiano citadino, embora, apesar de capital da Província e cidade imperial desde 1822, São Paulo era uma das urbes menos abastadas e habitadas da região, perdendo, por exemplo, para outras, como Campinas e Itu.

Nesse momento, a centralização política pregada pelo Império divulgava as idéias de agregação e controle administrativo e tal fato influencia decisivamente na própria administração Provincial. Lentamente, a cidade de São Paulo assume essa bandeira e começa a ser palco de aglutinação das idéias dispersas pela Província, representadas pelas forças políticas regionais que necessitavam de uma maior representação. Em 1835, é realizada a primeira Assembléia Provincial, demonstrando que a cidade começava a modificar-se, no sentido de assumir uma postura de controle sobre o resto do território. Tal fato, entre outros, justificaria a publicação, com auxílio governamental, do *Ensaio de um quadro estatístico*, de Müller, em conjunto com a impressão de seu mapa, em 1837.

Fundava-se nessa mesma época, em 1836, o “Gabinete Topográfico”, responsável por educar futuras “(...) pessoas aptas para a direcção dos trabalhos das Estradas”,¹⁰ e também por organizar o material cartográfico existente relacionado ao território da Província. Nesse primeiro momento, o “Gabinete” ficou sob a responsabilidade do engenheiro e marechal Müller. A administração provincial buscava, dessa maneira, assegurar uma base científica para a constituição de sua centralização política e administrativa.

A cidade, nas primeiras décadas do século XIX, poderia ser assim definida, conforme o olhar de Francisco de Assis Vieira Bueno:

Em 1830 São Paulo era pois quase uma “formosa sem dote”, como a chamou Freire de Andrade, devendo sua formosura somente à notável beleza de sua situação, e de seu horizonte visual. Circundada de campos estéreis, inçados de saúvas, apenas matizados de capões e restingas, a lavoura circunvizinha, limitada á cultura de mandioca e de poucos cereais não lhe oferecia elementos de riqueza, dando-se o mesmo quanto à industrial pastoril. O comércio de exportação da província, alimentado somente pelo açúcar produzido no interior, apenas atravessava a cidade, movimentado pelas tropas de bestas, que passavam para o porto de Santos. Somente no comércio de animais, pela maior parte trazidos do Rio Grande do Sul, é que alguns paulistas da Capital tinham conseguido adquirir fortunas de algum vulto.¹¹

A visão de Vieira Bueno é bastante abrangente ao diagnosticar o cotidiano econômico da urbe nesse momento, mas é necessário frisar que seu objeto comparativo está entrelaçado ao contexto histórico no qual publica suas memórias, ou seja, 1903, época áurea da agricultura paulista do café, e, portanto, com condições materiais mais abundantes que a existente na cidade de São Paulo em 1830. Apesar dessa contaminação ideológica, seu relato serve de base elucidativa para o período em questão, pelas inúmeras informações contidas em seu texto.

A cidade de São Paulo transforma-se em centro irradiador de posturas quando, progressivamente, absorve diferenciadas atividades, materiais ou não, que se depositam no espaço vital da urbe. A Faculdade de Direito é um dos elementos, e não o único, como

chega a afirmar, por exemplo, o mesmo Vieira Bueno no decorrer de outra parte de suas memórias. Outras dimensões podem ser percebidas no pleno funcionamento da Assembléia Provincial, seguido ainda pela ampliação do comércio citadino, que passa a se diversificar em virtude do crescimento das atividades materiais e culturais.

Para a cidade, é produzido, em 1841, um novo mapa copiado da primeira planta topográfica elaborada em 1810, esta confeccionada, conforme afirmado anteriormente, pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, membro do Real Corpo de Engenheiros. O mapa inicial de 1810 caracteriza a cidade de São Paulo como o entroncamento de caminhos revelado por Vieira Bueno, mas é sua cópia de 1841 que configuraria a transformação das atividades culturais da cidade no período.

A Planta da Cidade de São Paulo. Situada em 23°,33',30" de Latitude Sul; e em 331°, 24', 30" de Longitude pelo Meridiano da Ilha do Ferro; Var. da Agulha 7°,15', N8 e levantada em 1810 pelo Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, copiada em 1841 com todas as suas alterações apresenta a cidade e seu traçado urbano, mas introduz um outro significado da representação cartográfica estabelecida.

Ela é cercada, conforme se percebe na visualização de sua impressão, pelos desenhos dos principais monumentos públicos presentes na urbe. Tal fato atesta a criação de uma referência visual para a cidade, que começava a ser reconhecida como centro do poder administrativo provincial. Procurava-se, dessa maneira, criar um modelo urbano que buscava inserir a urbe no contexto de uma suposta modernidade pela propagação visual de seus modelos arquitetônicos.

Nessa representação cartográfica, a cidade é associada diretamente a vários de seus edifícios públicos, elementos referenciais concretos ao olhar de seus habitantes. A linguagem cartográfica busca uma maneira de inserir-se de forma mais ampla e significativa junto ao leigo.

Françoise Choay, em seus trabalhos sobre o formação do Patrimônio Cultural na França entre os séculos XVIII e XIX, analisa as questões relativas à formação do Patrimônio Histórico das regiões urbanas e como este passou a refletir a memória coletiva de um determinado grupo social. Para a autora: "(...) Até o século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descrevem as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos monumentos, símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos".¹² A cidade é vista pelos seus monumentos e essa visão sintetiza valores que estão condicionados à forma como a sociedade se organiza.

Ao todo, o mapa da cidade de São Paulo em 1841 possui 11 locais/edificações. Além da *Pirâmide do Piques*, em cima, na extrema direita, são apresentados no sentido horário: *Claustro do S. Francisco*; *C. da Luz*, *C. de S. Bento*, *C. e Ordem 3ª do Carmo*, *Academia*

no. C. do I. Fran. e Ordem 3^a, Cadeiá, Convento de S. Thereza, Q. Militar, Palacio do Governo e C. dos Jesuítas e a Vista da Sé e Igreja de S. Pedro. A inserção da imagem de diversas edificações presentes na cidade garante a propagação das idéias administrativas, na medida em que concretiza a realidade cotidiana, fundindo-a na representação iconográfica. Nota-se que o mapa utilizado, conforme comentado anteriormente, é uma cópia atualizada do mapa de 1810; assim, o primeiro mapa da cidade é reutilizado, servindo a um outro propósito: reforçar sua própria delimitação espacial pelo uso concreto (visibilidade) daquilo que é citado/ilustrado.

A cidade, que reconhecia seu espaço urbano, tornava-se apta a centralizar os olhares da Província, pois além do *Todo* (ou seja, o mapa da Província de 1837, de Müller, no qual a capital é o centro irradiador da suposta “civilização”), já poderia ser visualizada em suas *Partes*, um desdobramento visual de suas estruturas urbanas, indicando a criação de um expediente comum aos habitantes, ou seja, aquele no qual o cidadão insere-se, pois conforme nos lembra Yi-Fu Tuan, “Todos os modelos de povoamento revelam pelo menos ordem social (...). O espaço arquitetônico revela e instrui (...). Há um apelo direto aos sentidos, ao sentimento e ao subconsciente”.¹³

Esse apelo, que nos revela Tuan, é a mola propulsora do conhecimento do cidadão sobre seu espaço de vivência. Há uma “leitura cotidiana” do elemento edificado e a representação cartográfica é o suporte documental do território identificável em seu cotidiano.

A permanência das idéias

A obra cartográfica de Müller, apesar de confeccionada em 1837, permanece presente no imaginário coletivo dessa elite administrativa mesmo após a confecção de diversos outros mapas, mais atualizados da Província, já sem a presença da região da Província do Paraná, desmembrada do território paulista em 1854.

Firmo de Albuquerque Diniz, mais conhecido pelo pseudônimo de “Junius”, em viagem pela cidade de São Paulo em 1882, ao fazer um comentário relacionado aos mapas existentes até aquele momento que ilustravam o território da Província, afirmava que “(...) as cartas geográficas da Província, que mais ou menos são reproduções ou cópias da velha carta levantada pelo Brigadeiro Müller, não admitiram essas correções”.¹⁴ Nota-se a lembrança ainda existente sobre Müller e sua carta geográfica, viva nesse imaginário coletivo, também influenciando a formação de novas imagens territoriais da Província.

A idéia de “sertão desconhecido” permanece presente nas várias representações cartográficas da Província criadas a partir de então. Dessas várias representações, uma das

mais conhecidas é a *Carta da Província de São Paulo*, encartada no contexto da obra do Senador do Império Cândido Mendes de Almeida. Seu *Atlas do Império do Brasil*, publicado em 1868, torna-se emblemático para a compreensão da idéia coletiva de representação do espaço territorial da Província.

Na obra de Cândido Mendes, o “sertão desconhecido” de Müller torna-se “Terrenos ocupados pelos indígenas feroces”, demonstrando um outro viés ideológico para a representação cartográfica. Para Cândido Mendes de Almeida, a posse das terras é resultado de uma marcha providencial que desencadeou-se em uma missão. Esse fato é fruto da ação divina, um recado da civilização contra o avanço da barbárie, pois “(...) uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com o indígena, e outros povos, que nos disputarão, a posse e o domínio dos terrenos que hoje ocupamos”.¹⁵ Os indígenas são vistos como intrusos e tratados como usurpadores: um inimigo dentro do território. Segundo Demétrio Magnoli, Cândido Mendes reproduz ideologicamente a “(...) produção de um imaginário geográfico específico destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente”.¹⁶ Tal fato é justificável na personalidade de Cândido Mendes, que era um católico fervoroso e ardente defensor das idéias de cristianização, dimensão associada aos horizontes ideológicos do qual fazia parte, ou seja, tratar os índios como um problema a ser eliminado.¹⁷

Cândido Mendes, na confecção de seu trabalho, consulta quinze obras. Quase a metade dessas obras são manuscritos (6 obras) que não circularam entre o público, e outras três obras são mapas relativos à cidade de São Paulo, de Santos e da Costa. Dos mapas consultados, talvez o de maior circulação seja o de Daniel Pedro Müller, de 1837.¹⁸

Na obra de Cândido Mendes, todos os mapas gerais das Províncias apresentam também os mapas de suas respectivas capitais. Assim, no mapa da Província de São Paulo, nota-se um mapa auxiliar de sua capital, no caso, a cidade de São Paulo. O mapa mostra a cidade, provavelmente em 1846, conforme as referências de consulta apresentadas pelo autor: *Planta da Imperial cidade de São Paulo, anexa ao mappa do Brazil de C. J. Niemayer, da edição de 1846*.¹⁹

A presença do mapa da cidade de São Paulo, na visualização do Mapa da Província, é um elemento de referência e parece ser uma tentativa de padronização por parte de seu organizador. Nessa construção cartográfica percebe-se o funcionamento da racionalidade proposta por Cândido Mendes.²⁰ O modelo urbanístico da capital parece ser apresentado como um modelo prévio para o resto das cidades da Província, tal qual o processo que levou à confecção do mapa anterior da cidade, realizado em 1841 e apresentado, conforme comentado anteriormente, com seus monumentos mais significativos.

Na construção de seu mapa, Cândido Mendes mantém um padrão específico, no qual a presença dos opostos – civilização e barbárie – representa o modelo de comportamento existente. Na descrição da parte desconhecida da Província, conforme já comentado, encontra-se a expressão “Terrenos ocupados pelos indígenas feroces”, fato que acompanharia o imaginário coletivo durante todo o final do século XIX. Essa parte do território, representada na cartografia como “desconhecida”, era a oposição ao processo de civilidade a ser usado como modelo de comportamento.

José Honório Rodrigues comenta que a obra de Cândido Mendes continha erros de interpretação do autor em função da bibliografia por ele consultada. Mesmo com esses erros, relacionados, notadamente, às divisões das fronteiras provinciais e internacionais do país, a obra de Cândido Mendes foi superior a vários outros trabalhos confeccionados ainda no século XIX.²¹ Nota-se, por exemplo, que a fronteira entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, conforme afirmado anteriormente, só foi efetivamente delimitada em 1920, quando Prudente de Moraes e João Pedro Cardoso elaboraram uma *Memória* sobre o assunto, para que o então presidente da República, Epitácio Pessoa, atuasse como árbitro sobre a questão dos limites entre aqueles estados.²²

Dando seqüência à representação cartográfica da Província, ainda encontramos outros mapas que assumem grande importância na representação da região, pois, entre outras características, permanecem divulgando as idéias desenvolvidas inicialmente por Müller. Além desse fato, tais mapas possivelmente atingiram um público consumidor maior, pois foram encartados ou difundidos em obras de maior circulação.

O primeiro trata-se da *Carta da Província de São Paulo*, sem indicação de autoria, litografada por Jules Martin, apresentando a expressão “terreno desconhecido” e encartada no corpo do *Almanach Litterario de São Paulo para o ano de 1878*, organizado por José Maria Lisboa e publicado pela Typographia da Província de São Paulo em 1877. Os almanaques organizados por Lisboa nessa época eram muito conhecidos e populares, especialmente pelo baixo preço de capa, sempre 2\$000, além do rol de seus colaboradores, que pertenciam a uma elite cujo pensamento científico e literário era bastante respeitável no período. Entre eles encontramos Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o futuro Barão Homem de Mello; Américo Braziliense; Affonso Celso Junior e Francisco Rangel Pestana.

Outro exemplo da divulgação do território da Província é o mapa da região de São Paulo encartado no contexto daquele que pode ser considerado o melhor trabalho cartográfico do período. Apesar de restrito, *a priori*, aos estabelecimentos de ensino, o *Atlas do Império do Brazil*, obra de autoria de Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello e de Francisco Antonio Pimenta Bueno, editado no Rio de Janeiro em 1882 pela Litographia de Paulo Robin & Cia, torna-se significativo quanto a divulgar as idéias iniciais de Müller.

Nesse trabalho, os terrenos não mapeados da Província apresentam uma expressão mais amena do que a utilizada por Candido Mendes, ou seja, “terrenos desconhecidos e habitados pelos indígenas.” Homem de Mello e Pimenta Bueno metamorfoseiam, dessa maneira, novamente, a expressão inicial de Müller. Nota-se que como ambos os atlas apresentados eram usados como material didático, sobretudo nas aulas do tradicional Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro, garantiu-se, assim, um cunho científico às informações, sendo vistas como verdades absolutas, sem uma crítica maior das idéias apresentadas.

Um terceiro exemplo desse processo de divulgação das idéias iniciais de Müller encontra-se no *Mappa da Província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo*, confeccionado em 1886 pela Lith. de Paulo Robin & Cia, no Rio de Janeiro, e distribuído aos imigrantes recém-chegados à Província de São Paulo. Nele é possível observar a expressão “terrenos despovoados” na parte Noroeste da Província, frase aparentemente criada para a atração direta dos imigrantes, de acordo com as necessidades apresentadas pela Sociedade Promotora de Imigração, ou seja, promover a ocupação do território.

Nota-se que várias cidades já existiam na região, como no caso de São José do Rio Preto, fundada em 1852, que já aparece no mapa confeccionado em 1882 pelo Barão Homem de Mello, fato que torna desabilitada a expressão “despovoado ou desconhecido.” Segundo Heloisa Liberalli Bellotto, “(...) Várias sociedades foram organizadas a fim de promover e incrementar a imigração, especialmente italiana, e posteriormente a japonesa, para a lavoura cafeeira”.²³ A existência dessa necessidade de colonização por parte da administração central do estado justifica a publicação de um mapa que serviria como um guia para o colono recém-chegado, orientando, de forma sutil, o local no qual deveria ocorrer a sua fixação.

Ainda na época republicana, a total compreensão do território paulista permanece vinculada à cartografia desenvolvida por Homem de Mello em seu Atlas de 1882, que absorveu, conforme já indicado, certas características da obra inicial de Müller.

Dando seqüência à visualização cartográfica da Província, no *Almanaque Brasileiro Garnier para o anno de 1907*, editado no Rio de Janeiro, publicou-se o mesmo mapa da Província apresentado no atlas de Homem de Mello de 1882. Nesse aspecto, novamente, uma obra de maior circulação, como o *Almanaque Garnier*, ratifica indiretamente as idéias iniciais de Müller.

O desaparecimento das idéias iniciais de Müller só começa a acontecer no final do século XIX, quando há um esforço por parte de uma elite administrativa e cultural para acabar com a expressão “Terreno desconhecido e habitado por indígenas.” A criação da

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1886, é um exemplo desse fato, pois uma de suas principais atribuições era a elaboração de um mapa definitivo do território paulista, fato que só se concretizaria em 1929.²⁴

O primeiro trabalho efetivo que tentou preencher o “vazio” cartográfico do território encontrou guarida no corpo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Trata-se de um estudo realizado por um dos engenheiros da Comissão, que comparou o território paulista em dois momentos específicos. Theodoro Sampaio, autor do artigo “São Paulo no século XIX” e dos mapas mostrando a Província em 1800 e 1900, optou por usar a comparação direta, uma interpretação científica para o espaço colonizado da região paulista, mostrando, dessa maneira, a evolução de sua ocupação territorial.²⁵

Gilmar Arruda nos lembra que:

É a idéia de falta de controle – e isto quer dizer falta de *conhecimento* sobre os *sertões* e suas populações – que desencadeia numerosas iniciativas para suprir essa lacuna. Entre os resultados das iniciativas, destaca-se a força que a construção de uma memória teve sobre as paisagens e seus moradores.²⁶

A forma “final” do território no período é definida em outro trabalho do Barão Homem de Mello. Trata-se de seu *Atlas do Brazil*, publicado por F. Briguiet & Cia em 1909, no qual o mapa que mostra o estado de São Paulo já não apresenta qualquer expressão para definir a região Noroeste do território; ao contrário, o autor faz questão de indicar as fontes de consulta usadas para a conclusão de seu trabalho e, nelas, percebe-se, entre outras, a presença dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

O *Atlas do Brazil* e suas representações cartográficas permanecem como uma das principais referências de consulta para a grande maioria dos trabalhos cartográficos publicados após o seu aparecimento, e, como exemplo, pode-se citar a obra *Geographia do Brasil*, de Delgado de Carvalho, publicada pela primeira vez em 1913, na qual a base cartográfica representativa é retirada da obra do Barão Homem de Mello. Carvalho é considerado, por muitos estudiosos do assunto, o pai da moderna geografia brasileira, fato que justificaria a reedição de seu trabalho até 1930 (5ª edição).

A conclusão dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica, ou seja, a publicação de um mapa definitivo para o Estado, só seria efetivada em 1923, quando foi publicada a *Carta Geral do Estado de S. Paulo mostrando todos os municipios organizada pela Commissão Geographica e Geologica; Engº João Pedro Cardoso, Chefe; Escala 1:2000.000; Publicada no periodo presidencial do Dr.º Washington Luis P. de Sousa, sendo Secretario da Agricultura Drº Heitor Teixeira Penteado – 1923*. A carta foi impressa pelo Estab. Graphico da Companhia Melhoramentos, fato que pode ter garantido uma maior distribuição da mesma.

A parte mais a Noroeste e Oeste da carta não apresenta nenhuma definição sobre alguns vazios existentes, caracterizando a necessidade de não se criarem dúvidas sobre a posse de tais áreas. Muitas áreas eram pertencentes ao estado e a permanência de sua definição anterior, ou seja, “terrenos desconhecidos”, garantiria a posse de alguém e o necessário reconhecimento dos direitos por parte do estado. Nota-se que em conjunto com a rubrica do Presidente do Estado, aparece a indicação do secretário de Agricultura, fato que caracterizaria a função principal dessa carta: ratificar a estrutura econômica que movimentava o estado, ou seja, a agricultura orientada pela monocultura cafeeira.

Tal fato pode ser corroborado a partir de 1929, quando, também seguindo os conhecimentos geográficos agrupados durante os anos de existência da Comissão, publicava-se a primeira Carta Geológica do Estado

(...) na escala 1:1.000.000. Os estudos para o levantamento dessa carta foram realizados á proporção que se fazia o serviço geographico. As diferentes formações são separadas com grande precisão (...). É este um dos trabalhos de maior valor que a Commissão Geographica tem produzido e que representa muitos annos de estudo e de esforços accumulados.²⁷

O fato de o Presidente do Estado, Júlio Prestes, chamar a Carta de “(...) um dos trabalhos de maior valor que a Comissão Geographica tem produzido” mostra a continuidade da política agrícola existente, que necessitava do mapeamento dos terrenos, de maneira a compreender a fertilidade existente – fato que mostra a necessidade de uma Carta Geológica – para o bom desenvolvimento agrícola.

A construção cartográfica é uma dimensão muitas vezes menosprezada pelo historiador, que observa em um mapa uma simples representação de época, um elemento auxiliar direto do texto construído e, assim, nega uma faceta importante do contexto cultural que levou a sua produção. O cartógrafo moderno é um membro atuante da sociedade que representa e transmite ao seu trabalho a observação desse mesmo grupo social do qual faz parte. O mapa não é um objeto isento de ideologia e, assim, torna-se um grande propagador de idéias.

Nota-se tal fato na expressão “sertão desconhecido”, cunhada inicialmente por Daniel Pedro Müller, quando ela é metamorfoseada de acordo com os interesses do produtor cartográfico, atestando novas leituras ideológicas para as representações cartográficas da Província realizadas futuramente.

A permanência das idéias de Müller estabelece como as esferas administrativas utilizaram-se de diferenciados suportes documentais para dar continuidade a sua política de centralização do território, vinculando-a, na medida do possível, ao avanço das atividades econômicas particulares. Tal fato garantiria a gerência futura do poder público, comprometido diretamente com uma elite regional surgida na própria formação inicial do território.

O avanço da cafeicultura e a busca de novas áreas férteis para sua prática ajudaram a concretizar a essência do pensamento do Marechal Müller, de maneira a garantir o avanço da chamada “civilização” sobre os terrenos pertencentes aos “bárbaros”, camuflada no ideológico “sertão desconhecido.”

Recebido em abril/2003; aprovado em junho/2003

Notas

* Doutorando do Departamento de História da FFLCH-USP. Este artigo é parte da tese em desenvolvimento na área de História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva: *Olhos do Barão, boca do sertão: a fotografia e a cartografia do território da Província de São Paulo (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*.

¹ BANN, Stephen. “A verdade em cartografia”. In: BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, Unesp, 1994, pp. 240-241.

² Para maiores detalhes, ver o clássico trabalho de TAUNAY, Afonso de E. *Relatos monçoeiros*. São Paulo, Edusp; Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, p. 92 e seguintes; observar também uma leitura mais atualizada em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

³ PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião. *Discurso de posse na Assembléa Legislativa Provincial*. São Paulo, 7 de janeiro de 1838, p. 10.

⁴ TAUNAY, Afonso d’E. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. São Paulo, Museu Paulista, 1922, p. 7

⁵ Idem.

⁶ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Editora Unesp/Moderna, 1997, p. 85.

⁷ PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião, op. cit, p. 2.

⁸ VILHENA, Luiz dos Santos. “Apresentação”. In: *Recopilação de notícias da Capitania de S. Paulo*. Lisboa, MDCCCII. Ed. facsimilar. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1935.

⁹ Para maiores detalhes sobre o assunto, ver, entre outros: TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981, p. 131 e seguintes.

¹⁰ PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião, op. cit, p. 5.

¹¹ BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo: recordações evocadas de memória*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1979, p. 15.

- ¹² CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo, Estação Liberdade/Unesp, 2000, p. 178.
- ¹³ TUAN, Yi-Fun. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Difel, 1983, p. 127.
- ¹⁴ DINIZ, Firmo de Albuquerque (“Junius”). *Em São Paulo: notas de viagem*. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler, 1882; São Paulo, Governo do Estado, 1978, p. 37.
- ¹⁵ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Lithographia do Instituto Philomathico, 1868, p. 7.
- ¹⁶ MAGNOLI, Demétrio, op. cit, p. 131.
- ¹⁷ Sobre esse assunto, ver como exemplo a questão da produção fotográfica sobre os indígenas brasileiros na segunda metade do século XIX: MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*, v. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 190 e seguintes.
- ¹⁸ MÜLLER, Daniel P. *Mappa chorographico da provincia de São Paulo*. Paris, Aleixo Orgaizzi, 1837.
- ¹⁹ ALMEIDA, Cândido Mendes de, op. cit, p. 19.
- ²⁰ Idem, p. XVII.
- ²¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978. pp. 287-289.
- ²² MORAES FILHO, Prudente e CARDOSO, João Pedro. *Limites entre S. Paulo e Minas*. Memória organizada pelos delegados de São Paulo para ser apresentada ao arbitro, Exmo. Snr. Dr. Eptacio Pessôa Presidente da República. Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1920.
- ²³ BELLOTTO, Heloisa L. “Tentativas de fixação do povoamento no estado de São Paulo e de integração do vale do Paranapanema durante o governo Jorge Tibiriçá (1904-1908)”. *Anais de História*, Assis-SP, ano VII, 1975, p. 39.
- ²⁴ Para maiores detalhes, ver FIGUEROA, Silvia F. de M. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1987.
- ²⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. v. IV, 1900-1901. São Paulo, 1902.
- ²⁶ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP, Edusc, 2000, p. 127
- ²⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo; Na 2ª Sessão da 14ª Legislatura em 14 de julho de 1929, pelo Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo. São Paulo, [s.d.], (1929), p. 63.